



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete dos
Secretários da Mesa

Nº Único

411694

Expeça-se Data

2011/11/03

Publique-se

03/11/2011

O Secretário da Mesa

REQUERIMENTO Número /XII (2.ª)

PERGUNTA Número 1117 /XII (2.ª)

Assunto: Exploração sustentável da actividade mineira e dos recursos minerais

Destinatário: Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

Ex.ª Sra. Presidente da Assembleia da República

No quadro da sua estratégia de relançamento e crescimento da economia portuguesa o actual Governo tem apostado na dinamização do aproveitamento dos recursos minerais do País. Segundo certas estimativas Portugal poderá dispor de reservas significativas de minério, estimadas em 165 mil milhões de euros, o equivalente ao valor actual anual do produto interno bruto (PIB). Ambos factos se registam num quadro de uma tendência mundial para o aumento do preço dos produtos minerais que se vem registando nos últimos anos de forma acentuada.

Não será portanto de estranhar que perante tal dinâmica governamental e tal valor potencial, se tenha vindo a manifestar um interesse forte e crescente de investidores no início ou retoma de explorações mineiras em território nacional.

Ontem, dia 2 de Novembro, o Governo assinou, com sete empresas, dez contratos para a exploração de minérios metálicos em Portugal, no valor total de 8,6 milhões de euros. Como afirmou o Ministro da Economia, o aproveitamento destes recursos naturais e aposta no sector mineiro podem contribuir para o crescimento económico, a criação de emprego, aumento das exportações, diminuição das matérias-primas e aumento da receita fiscal.

O Grupo Parlamentar do PSD saúda a estratégia governamental de aposta no sector

mineiro e na potenciação e realização de valor a partir dos recursos minerais do País.

Ora, no contexto da implementação desta estratégia há alguns aspectos que preocupam o Grupo Parlamentar do PSD e que devem ser acautelados, em nome da defesa do interesse nacional e da sustentabilidade intergeracional da sociedade portuguesa.

O primeiro conjunto de preocupações é relativo aos impactos ambientais das actividades prospecção exploração mineira. O País sofre e suporta no presente consequências ambientais e financeiras de práticas erradas e irresponsáveis do passado na exploração mineira e criação de passivos ambientais.

Reconhece-se que várias das iniciativas agora lançadas ou equacionadas se destinam ainda à prospecção ou exploração experimental, pelo que os impactos ambientais mais significativos ocorrerão mais tarde com a exploração industrial e a sua posterior descontinuação. Contudo, importa assegurar desde já que serão acautelados os impactos das actividades de exploração mineira na protecção ambiental e na saúde pública das populações.

Do mesmo modo, cumpre garantir que desde o início os operadores deixam assegurada a execução e financiamento da recuperação ambiental subsequente dos espaços das explorações mineiras.

A segunda preocupação é relativa à oportunidade para o desenvolvimento regional.

Em linha com a nova estratégia para a coesão territorial proposta pelo PSD e aprovada pela Assembleia da República nesta legislatura, dever-se-á apostar no aproveitamento e fixação local da riqueza gerada pela exploração dos recursos naturais. Assim estas explorações mineiras deverão contribuir não apenas para a criação de emprego nas regiões da exploração, mas também pelo aproveitamento no local de parte do valor gerado pelos recursos naturais que, pertencendo a todo o País, se localizam normalmente em territórios muito penalizados pela desertificação demográfica e pela falta de coesão territorial.

Finalmente a terceira preocupação relaciona-se com a realização do valor e aproveitamento da riqueza gerada pela exploração destes recursos naturais. Deverá ser respeitado o princípio da remuneração dos operadores, públicos ou privados, que invistam e empreguem recursos naquelas actividades de exploração. Tal como não se pode esquecer que se trata de recursos naturais de todos os portugueses e que, por isso, os operadores encarregados da sua exploração deverão também remunerar o País, a quem tais recursos pertencem.

Assim, e conforme o Governo tem aliás anunciado, deverá ser assegurada, directa e indirectamente, a justa contrapartida ao País pela exploração destes recursos. Por outro lado, importa ainda assegurar que a utilização pelo Estado dessas contrapartidas seja sustentável e adequada.

Não deverá ser repetido o exemplo dado pelo Governo anterior com o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) nos seus vários aspectos ambientais, financeiros e de desenvolvimento regional. No PNBEPH o Governo do Partido Socialista, focado apenas em antecipar receitas para cobertura do défice orçamental de 2008, não cuidou devida e antecipadamente dos interesses ambientais, ignorou a oportunidade para o desenvolvimento regional e descurou a dimensão da sustentabilidade relativamente às rendas pelo aproveitamento privado de recursos naturais que são colectivos. Embora tenha sido possível minimizar subsequentemente alguns desses males, não deixou de ser um processo mal conduzido.

Preocupado com a defesa do interesse nacional e empenhado na concretização dos princípios constitucionais da sustentabilidade e do aproveitamento racional dos recursos naturais, o Grupo Parlamentar pretende obter o esclarecimento do Governo, em particular através dos Ministérios do Ambiente e da Economia, sobre se e como as preocupações acima expostas vão ser acauteladas na implementação concreta da estratégia para aproveitamento dos recursos mineiros, em particular no quadro dos contratos e parecerias celebrados e a celebrar com as entidades públicas e privadas envolvidas.

Nestes termos,

Perguntam os Deputados abaixo-assinados, através de V. Exa., à Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e do Ordenamento do Território:

- 1) Como prevê o Governo assegurar que os operadores das actuais e futuras explorações mineiras, experimentais ou industriais, irão cumprir elevados padrões de desempenho ambiental da actividade extractiva e acautelarão eficaz e preventivamente os impactos ambientais e na saúde pública causados por tais actividades?
- 2) Como pensa o Governo assegurar que os operadores encarregados das referidas explorações de minério garantam cabalmente o cumprimento das suas responsabilidades de execução e financiamento da recuperação ambiental subsequente dos espaços das explorações mineiras?
- 3) Que medidas serão tomadas no sentido assegurar que os operadores e as actividades de exploração mineira contribuem activamente para o desenvolvimento económico das regiões onde se encontram localizados os recursos minerais, na sua grande maioria territórios do Interior do País, economicamente debilitados e de baixa densidade demográfica, favorecendo assim o desenvolvimento endógeno e a coesão territorial?
- 4) Como pretende o Governo assegurar o recebimento, directo e indirecto, de justa contrapartida ao País pelo aproveitamento dos seus recursos de minério e como pretende o Governo realizar um aproveitamento racional e sustentável dessa contrapartida em benefício do interesse nacional e da sustentabilidade intergeracional?

Palácio de São Bento, 3 de Novembro de 2011,

Os Deputados do PSD,

Arturo Leites

J. de Azevedo ?

Duarte Marques

Pedro Manuel Saraiva

A. L. P. (ANTÓNIO PRÓSA)

Bruno Coimbra

Miguel (Luis Ramos)

Franco ?

Franco PARQUES

Luis (Luis Ramos)

José Fogalves

Pedro Bisspo (Pedro Bisspo)

Jorge Paulo Oliveira (JORGE PAULO OLIVEIRA)

Emília Santos

Paulo César Lima Coimbra